



DELEGAÇÃO DE ÁGUEDA

**P**RESTAÇÃO DE **C**ONTAS

**2012**



DELEGAÇÃO DE ÁGUEDA



**CRUZ VERMELHA PORTUGUESA**

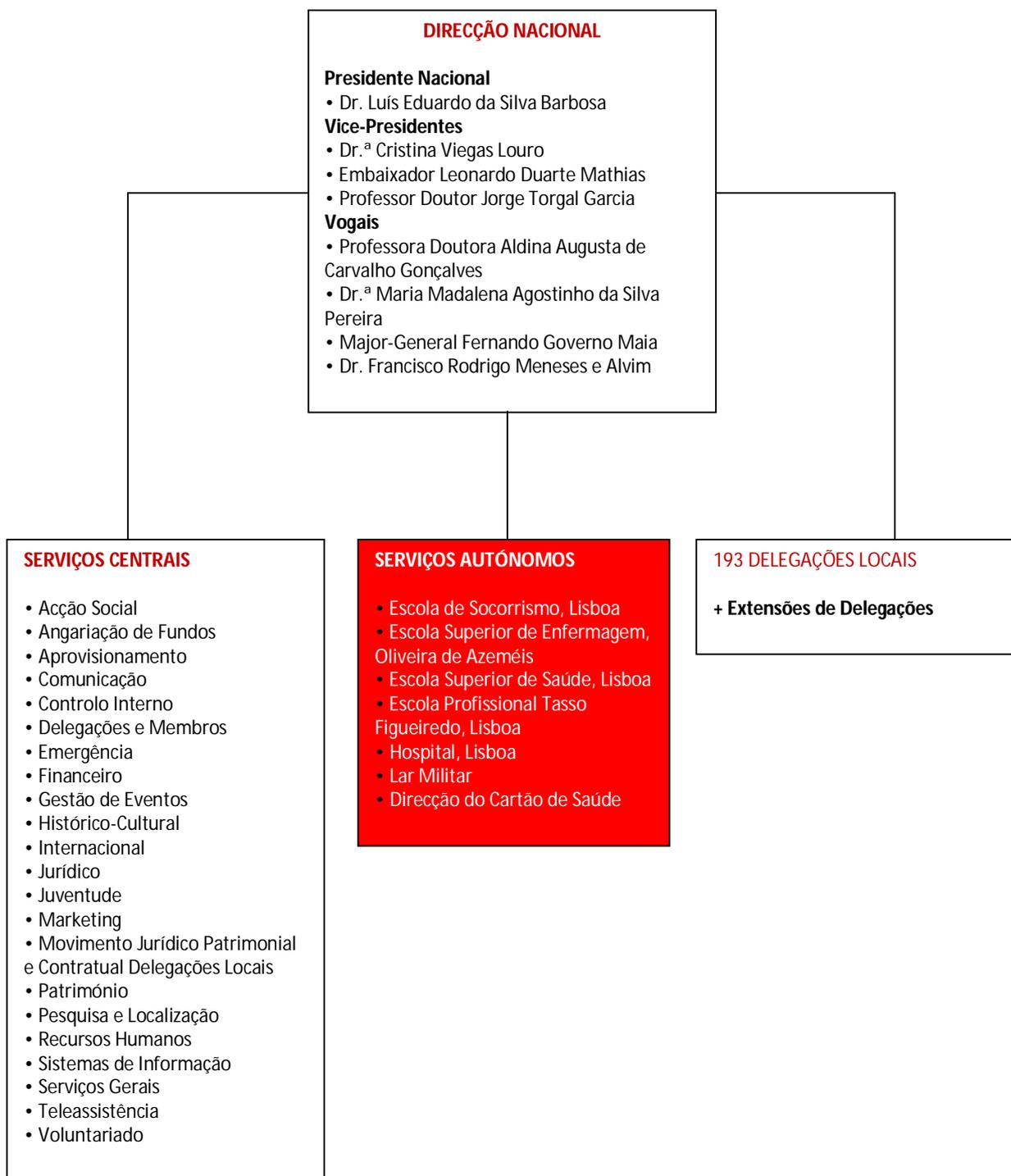
**87902 - Actividades de apoio social com alojamento, n.e.**

Sede: Palácio do Conde d'Óbidos – Lisboa

Número Único de Pessoa Colectiva 500745749



## ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA





## INTRODUÇÃO

A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição humanitária não governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos, que desenvolve a sua actividade no respeito pelo Direito Internacional Humanitário e em obediência aos Princípios Fundamentais e recomendações do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Constitui missão da Cruz Vermelha Portuguesa prestar assistência humanitária e social – em especial aos mais vulneráveis – prevenindo e reparando o sofrimento, e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.

A Cruz Vermelha Portuguesa exerce a sua actividade em todo o território, como a única Sociedade Nacional da Cruz Vermelha, e fora de Portugal, no quadro de acção do seu Movimento Internacional.

Assenta a sua organização territorial em Serviços Centrais, Serviços Autónomos, Delegações Locais e extensões de Delegações Locais.

A **Direcção Nacional** é o órgão executivo máximo da Cruz Vermelha Portuguesa, competindo-lhe a orientação da actividade da Instituição. Esta é constituída pelo Presidente Nacional, por quatro Vice-Presidentes e por quatro Vogais.

O **Presidente Nacional** é o responsável máximo da Cruz Vermelha Portuguesa, cabendo-lhe assegurar o prestígio, a manutenção, a sustentabilidade, o desenvolvimento e o progresso da Instituição, a qual funciona sob a sua orientação e na sua dependência.

Os **Serviços Centrais** funcionam na dependência da Direcção Nacional e do Presidente Nacional e asseguram a preparação, apoio e execução das decisões destes órgãos, bem como a ligação e o apoio funcional às estruturas locais.

Os **Serviços Autónomos** são instituídos pela Cruz Vermelha Portuguesa e submetidos aos seus Estatutos e ao seu controlo, exercendo a sua actividade de acordo com as orientações da Direcção Nacional e do Presidente Nacional.

As **Delegações Locais** têm a sua própria Direcção, a quem compete a gestão da actividade da Instituição a nível local. Actualmente, existem 193 Delegações Locais. Podem ser constituídas extensões



de Delegações Locais, sempre que tal se justifique e não interfira com a área de abrangência de outras Delegações Locais.

Para a prossecução dos seus objectivos a Cruz Vermelha Portuguesa promove e encoraja o oferecimento de pessoas de boa vontade e de reconhecida idoneidade moral que desejem voluntariamente colaborar nos serviços da Instituição, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra.

A Sede Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa é em Lisboa, no Palácio do Conde d'Óbidos.

Compete ao Ministério da Defesa Nacional o exercício da tutela inspectiva da Cruz Vermelha Portuguesa na administração dos seus recursos.

A **Cruz Vermelha Portuguesa de Águeda** inicia a sua actividade em 1977 assumindo-se como uma Instituição Humanitária, Não Governamental, de carácter voluntário e sem fins lucrativos. Esta instituição intervém na promoção e defesa dos direitos de cidadania dos grupos sociais mais desfavorecidos, no apoio à saúde e na dinamização de actividades de carácter cultural.



**DELEGAÇÃO DE ÁGUEDA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA  
E CENTRO COMUNITÁRIO PORTA ABERTA**

Avenida Calouste Gulbenkian, 3750-102 Águeda

<http://agueda.cruzvermelha.pt>

[dagueda@cruzvermelha.org.pt](mailto:dagueda@cruzvermelha.org.pt)



## **CORPOS SOCIAIS**

### **Presidente**

César Manuel Ribeiro Marques

### **Vice-Presidentes**

Dr. António de Oliveira e Silva Moreira

Dra. Lilina Martins Antunes Santos

Wilson Rodrigues Abrantes

Maria Isabel Nunes Pinto

### **Secretário**

Eduardo Rodrigues da Conceição

### **Tesoureiro**

Aires Manuel da Silva Neves

### **Vogal**

Augusto Luís Rodrigues Lopes

Irene Margarida Santa Rita Simões de Pinho



## SINTESE DE INDICADORES

	2012
<b>Trabalhadores (Média)</b>	36
<b>Prestações de Serviço</b>	678.868
<b>EBITDA</b>	10.808
<b>Margem EBITDA / Volume de Negócios</b>	1,59 %
<b>Resultados Operacionais</b>	(44.134)
<b>Total do Capital Próprio</b>	704.945
<b>Resultado Líquido</b>	(44.134)

Nota: Os valores contabilísticos estão expressos em Euros.



**D**EMONSTRAÇÕES **F**INANCEIRAS  
**I**NDIVIDUAIS

2012



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL E CONDENSADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	NOTAS	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis.....		623.162,91	667.796,10
		<b>623.162,91</b>	<b>667.796,10</b>
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários.....		2.105,20	2.016,80
Clientes.....		59.605,98	62.522,33
Outras contas a receber.....		14.403,72	2.889,30
Diferimentos.....		2.052,51	294,09
Caixa e depósitos bancários.....		295.462,90	327.227,77
		<b>373.630,31</b>	<b>394.950,29</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>996.793,22</b>	<b>1.062.746,39</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Resultados transitados.....		243.857,98	238.624,78
Outras variações no capital próprio.....		505.221,10	542.686,43
		<b>749.079,08</b>	<b>781.311,21</b>
Resultado líquido do período.....		(44.133,93)	(7.497,75)
		<b>704.945,15</b>	<b>773.813,46</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>704.945,15</b>	<b>773.813,46</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores.....		27.764,84	23.739,74
Estado e outros entes públicos.....		10.159,98	10.812,32
Financiamentos Obtidos .....			,20
Outras contas a pagar.....		82.739,66	83.197,08
Diferimentos.....		171.183,59	171.183,59
		<b>291.848,07</b>	<b>288.932,93</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>291.848,07</b>	<b>288.932,93</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>996.793,22</b>	<b>1.062.746,39</b>



## DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

NOTAS	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Vendas e serviços prestados.....	678.868,33	698.998,09
Subsídios à exploração.....		37.872,12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....		
Variação nos inventários da produção.....		
Trabalhos para a própria entidade.....		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	(116.544,02)	(97.558,46)
Fornecimentos e serviços externos.....	(189.150,02)	(171.762,81)
Gastos com o pessoal.....	(502.198,61)	(522.079,93)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....		
Provisões (aumentos/reduções).....		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....		
Aumentos/reduções de justo valor.....		
Outros rendimentos e ganhos.....	141.349,03	160.332,57
Outros gastos e perdas.....	(1.516,38)	(43.423,16)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>10.808,33</b>	<b>62.378,42</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	(54.942,26)	(69.876,17)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>(44.133,93)</b>	<b>(7.497,75)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos.....		
Juros e gastos similares suportados.....		
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(44.133,93)</b>	<b>(7.497,75)</b>
Imposto sobre o rendimento do período.....		
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(44.133,93)</b>	<b>(7.497,75)</b>



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo de 31 de Dezembro de 2012

	NOTAS	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de Clientes		686.783,53	790.693,34
Pagamentos a fornecedores		300.133,40	255.630,76
Pagamentos a Pessoal		500.557,75	451.959,58
Caixa gerada pelas operações		(113.907,62)	83.103,00
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		77.531,49	(37.677,59)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>(36.376,13)</b>	<b>45.425,41</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		3.568,11	4.120,79
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			(37.263,51)
Juros e rendimentos similares		8.360,97	3.811,01
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>4.792,86</b>	<b>(37.573,29)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			,20
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		,20	
Juros e gastos similares		181,40	73,70
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(181,60)</b>	<b>(73,50)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(31.764,87)</b>	<b>7.778,62</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>327.227,77</b>	<b>319.449,15</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>295.462,90</b>	<b>327.227,77</b>



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DE 2012

Rubricas	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Exc.de reval.	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2012</b>	<b>1</b>	-	-	<b>238.624,78</b>	-	-	<b>542.686,43</b>	<b>(7.497,75)</b>	<b>773.813,46</b>	<b>773.813,46</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Alterações de políticas contabilísticas								-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-	-	-
Realização do excedente de ver. de activos fixos tang. e intang.								-	-	-
Excedentes de reval. de act. fixos tang. e intang. e resp. variações				5.233,20			(37.465,33)	7.497,75	(24.734,38)	(24.734,38)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	<b>2</b>	-	-	<b>5.233,20</b>	-	-	<b>(37.465,33)</b>	<b>7.497,75</b>	<b>(24.734,38)</b>	<b>(24.734,38)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>							<b>(44.133,93)</b>	<b>(44.133,93)</b>	<b>(44.133,93)</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>							<b>(36.636,18)</b>	<b>(68.868,31)</b>	<b>(68.868,31)</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Distribuições								-	-	-
Entradas para cobertura de perdas								-	-	-
Outras operações								-	-	-
	<b>5</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2012</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	-	-	<b>243.857,98</b>	-	-	<b>505.221,10</b>	<b>(44.133,93)</b>	<b>704.945,15</b>	<b>704.945,15</b>

(Euros)



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**1.1.Designação da entidade:** CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – Delegação de Águeda

**1.2.Sede:** Av. Calouste Gulbenkian, 3750-102 Águeda

**1.3.Natureza da actividade:** Actividades de apoio social com alojamento, n.e

**1.4.Designação da Empresa-mãe:** CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

**1.5.Sede da empresa-mãe:** Palácio do Conde d'Óbidos - Lisboa

### 2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.



A entidade adoptou as NCRF pela primeira vez em 2010 aplicando para o efeito a “NCRF 3 – *Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*”, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3. As demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2010.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para as NCRF, encontrando-se estes ajustamentos reconhecidos em Outras Variações no Capital Próprio.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em Euros (€).

### **3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS**

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### **3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO**

##### **3.1.1 – Pressuposto da Continuidade**

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

##### **3.1.2 – Pressuposto do Acréscimo**



Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

### **3.1.3 – Consistência de Apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

### **3.1.4 – Materialidade e Agregação**

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

### **3.1.5 – Compensação**

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções



são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### **3.1.6 – Informação Comparativa**

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

## **3.2 – POLITICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**

### **3.2.1 – Activos Fixos Tangíveis**

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à



concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método *“da linha recta ou outro aplicável”*, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de Setembro.

### **3.2.2 – Inventários**

As matérias-primas encontram-se mensuradas pelo seu valor de aquisição acrescido das demais despesas acessórias de compra ocorridas até à sua entrada nos armazéns da empresa.

### **3.2.3 – Instrumentos Financeiros**



### ***Dívidas de Terceiros***

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber. As perdas por Imparidade são baseadas numa avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros factores. Normalmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

### ***Contas a Pagar a Fornecedores e Outras dívidas a terceiros***

As contas a pagar a Fornecedores e Outros são registados pelo método do custo, dado que incluem na sua generalidade valores a pagar de curto prazo, decorrentes da actividade operacional da empresa.

### ***Caixa e seus equivalentes***

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, normalmente vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

#### **3.2.4 – Reconhecimento do Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

#### **3.2.5 – Subsídios**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.



Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

### **3.2.6 – Especialização dos Exercícios**

A informação financeira é preparada no pressuposto do acréscimo, sendo o efeito das operações e dos acontecimentos reconhecido quando ocorre, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os Rendimentos/Gastos que sejam de imputar ao período, cujo valor real não seja conhecido, são estimados.

Nas rubricas de Outras contas a receber / pagar, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros. Nas rubricas de Diferimentos são registadas as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

### **3.2.7 – Classificação de Balanço**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

## **4. FLUXOS DE CAIXA**

### **4.1 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros



financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2010 detalha-se conforme se segue:

	PERÍODOS	
	2011	2010
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo corrente:</b>		
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa Principal	<b>176,03</b>	<b>1.118,74</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		
BARCLAYS	110.683,38	101.671,27
MILLENIUM BCP	3.809,79	12.141,49
CAIXA CRÉDITO AGRICOLA MUTUO	7.558,57	816,74
	<b>122.051,74</b>	<b>114.629,50</b>
<b>Depósitos a prazo</b>		
MILLENIUM BCP	<b>105.000,00</b>	<b>203.700,91</b>
CAIXA CRÉDITO AGRICOLA MUTUO	<b>100.000,00</b>	
	<b>205.000,00</b>	<b>203.700,91</b>
	<b>327.227,77</b>	<b>319.449,15</b>

(Euros)

De salientar que a conta 1203203401 (BARCLAYS-332-202752544) encontra-se a 31 de Dezembro de 2011, credora em 0,20 €, que corresponde a uma operação duplicada no mesmo montante pelo Banco. Dado não se reconhecer materialidade relevante, não se procedeu à sua transferência para a conta 25.1.2 – Descobertos bancários, conforme orientação n.º 1 prevista na Circular de Encerramento de Contas 2011.



## **5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, não foram efectuadas alterações de políticas contabilísticas, bem como alterações em estimativas contabilísticas.

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

## **6. PARTES RELACIONADAS**

### **6.1 – RELACIONAMENTO COM EMPRESA MÃE**

A Delegação de Águeda da Cruz Vermelha Portuguesa é detida a 100% pela Cruz Vermelha Portuguesa, com sede no Palácio do Conde d'Óbidos, em Lisboa, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na empresa mãe.

## **7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os períodos findos em 31/12/2009 e em 31/12/2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:



	Saldo em 01/01/2010	Aumentos e Reav.	Abat. e Alien.	Correc e Transf.	Saldo em 31/12/2010	Aumentos e Reav.	Abat. e Alien.	Correc e Transf.	Saldo em 31/12/2011
<b>Activo Fixo Tangível</b>									
Edifícios e outras construções	705.715,83				705.715,83				<b>705.715,83</b>
Equipamento básico	472.663,09	1.712,54			474.375,63	3.658,92			<b>478.034,55</b>
Equipamento de transporte	31.600,00				31.600,00				<b>31.600,00</b>
Equipamento administrativo	84.689,45	2.828,67			87.518,12				<b>87.518,12</b>
Outros activos fixos tangíveis	19.930,37	182,55			20.112,92	461,87			<b>20.574,79</b>
	<b>1.314.598,74</b>	<b>4.723,76</b>			<b>1.319.322,50</b>	<b>4.120,79</b>			<b>1.323.443,29</b>

### Gastos de Depreciação

Activo Fixo Tangível	2011	2010
Edifícios e outras construções	98.781,25	84.501,82
Equipamento básico	427.656,81	382.393,28
Equipamento de transporte	30.325,00	29.050,00
Equipamento administrativo	82.636,34	75.864,22
Outros activos fixos tangíveis	16.247,79	13.961,70
	<b>655.647,19</b>	<b>585.771,02</b>

## 8. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2011 e em 31/12/2010, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Inventários:	2011	2010
Matérias-Primas	2.016,80	2.467,50



## 9. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os Outros Rendimentos e Ganhos reconhecidos pela Entidade em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é detalhado conforme se segue:

	PERÍODOS	
	2011	2010
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>		
Aluguer de Equipamento		1.381,00
Venda de manuais de socorrismo		75,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	230,62	343,74
Membros - Quotas (Correcção ano anterior)	7.086,00	6.419,81
<b>Donativo em Dinheiro</b>		
Mecenato Social	13.559,46	22.266,20
Actividades Operacioanais	106.514,55	54.697,71
Não enquadráveis no EBF	3.214,83	3.523,21
	<b>123.288,84</b>	<b>80.487,12</b>
<b>Donativos em Espécie</b>		
Mecenato Social	<b>25.916,10</b>	<b>12.679,21</b>
Outros não especificados		1.427,77
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>		
Juros obtidos de depósitos	3.811,01	
	<b>160.332,57</b>	<b>102.813,65</b>

(Euros)

## 10. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os Outros Gastos e Perdas reconhecidos pela Entidade em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é detalhado conforme se segue:



	PERÍODOS	
	2011	2010
<b>Outros Gastos e Perdas</b>		
Impostos Indirectos	488,01	312,00
Taxas	70,00	50,00
Correcções relativas a periodos anteriores		2.791,36
Donativos em dinheiro	600,00	15.454,60
Donativos em Espécie: Mecenato Social	41.529,45	26.393,53
Quotizações	30,00	50,00
Subsidios atribuidos		
Voluntários		
Multas não fiscais		
Kilometros		
<b>Estagiários</b>		
Bolsa		453,71
Outros Encargos		315,00
		<b>768,71</b>
<b>Cursos de Socorrismo</b>		
Taxa de exploração	270,00	3.270,00
Manuais	340,00	869,00
Materiais	22,00	180,00
	<b>632,00</b>	<b>4.319,00</b>
<b>Outros gastos e perdas de financiamento</b>	<b>73,70</b>	
	<b>43.423,16</b>	<b>50.139,20</b>

(Euros)

## 11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:



	PERÍODOS	
	2011	2010
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>		
<b>Subsídios à exploração</b>		
IEFP		1.841,53
Centro Regional Segurança Social	2.318,74	2.318,74
FEDER	14.271,09	14.271,09
Autarquias	2.318,74	2.318,74
PIDDAC	9.514,06	9.514,06
Grupo CVP	3.374,35	3.014,35
Particulares	5.826,53	5.826,53
	<b>37.623,51</b>	<b>39.105,04</b>

(Euros)

## 12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Até à data de aprovação de contas, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

## 13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As dívidas de Clientes reconhecidas pela Entidade em 31/12/2011 e em 31/12/2010 são detalhadas conforme se seguem:



	PERÍODOS	
	2011	2010
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo corrente:</b>		
<b>Clientes</b>		
<b>Privados</b>		
500745749-DELEGACAO DE FIGUEIRA DA FOZ-CVP		456,00
DOENTES PARTICULARES	4.103,58	4.231,43
501272992 - OLIVEIRA DO BAIRO SPORT CLUBE	37,50	37,50
DOC XXI CENTRO ESTUDOS FORMAÇÃO LDA	475,00	475,00
500697833 - CERCIAG COOP. EDUC. REAB. CRIANÇAS	72,00	222,00
COMPANHIA SEGUROS AÇOREANA		135,79
507804236 - ANDEBOL CLUBE DE ÁGUEDA		70,25
501948899 - PERFIL TUBO-FAB. TUBOS PERFIS S.A.	35,28	68,40
508197716 - CRUZ MAIA, LDA	209,40	294,00
501129014 - GINASIO CLUBE DE ÁGUEDA	98,53	249,75
508682770 - ILIMITADOS SABORES LDA	191,64	191,64
508359538 - REVELAÇÕES A MESA, LDA	1.325,04	1.325,04
508910609 - ASSOC. SOCIAL DAR MÃO LAMAS VOUGA		517,50
507986644 - MARTIFER INOVACAO E GESTAO, SA		1.200,00
509282865-REFUGIO COLORIDO, LDA	27,37	27,37
509291473 - SIMBIOSE DE AROMAS	25,20	
501703705 - GRUPO FOLCLORICO DA REGIÃO DO VOUGA	138,75	
507059387 - PALBIT, S.A.	1.200,00	
502760770 - CLIRIA, HOSPITAL PRIVADO	25,92	
	<b>7.965,21</b>	<b>9.501,67</b>
<b>Públicos</b>		
ARS - Baixo Vouga I	5.273,30	106.846,37
CHC-CENTRO HOSPITALAR COIMBRA, E.P.E	2.376,94	49,92
Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE	3.461,37	1.952,22
Hospital Distrital Águeda	39.367,37	32.874,89
Hospital Infante D Pedro, EPE - Aveiro	1.530,03	967,91
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	545,46	68,77
501090436 - CAMARA MUNICIPAL ÁGUEDA	1.965,15	495,00
501128840 - MUNICIPIO OLIVEIRA BAIRO	10,00	
505931192 - CAMARA MUNICIPAL DE AVEIRO	20,00	
ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES CASTILHO	7,50	
	<b>54.557,12</b>	<b>143.255,08</b>
	<b>62.522,33</b>	<b>152.756,75</b>

(Euros)



As dívidas aos Fornecedores reconhecidas pela Entidade em 31/12/2011 e em 31/12/2010 são detalhadas conforme se seguem:

	PERÍODOS	
	2011	2010
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo corrente:</b>		
<b>Fornecedores</b>		
502920084 - ACESSO - APL. COM. EQUIP. LDA	125,08	
980064244 - ARBORA & AUSONIA, S.L.	1.602,27	
500062773 - CESAR MANUEL RIBEIRO MARQUES, LDA	618,55	722,54
501942599 - FRANCISCO SILVA S.A.	148,82	
501353682 - FRISADA - COM. ALIMENTAR, LDA		1.263,26
500416435 - SOCIEDADE LUBRIF. VALE DO GROU, LDA	8.047,94	4.832,46
501576436 - AIR LIQUIDE MEDICINAL, S.A.		44,38
500434980 - AUTORIBEIRO - IND. TRANSFORMAÇÃO, LDA		74,05
508726654 - SEGIMPRIMA, LDA	13,67	43,92
503445282 - CARFOGO - COM. ART. PROTECÇÃO SEG., LDA		5,32
501864695 - MUNDIFRUTAS - IMP. EXP. PROD. ALIM., LDA	177,36	200,30
507169646 - APIUFORTI - COMP. IND. EQUIP. LDA	8.446,75	
502887435 - SESAG - SEGURANÇA SAUDE AGUEDA	984,50	
500125546 - GASIN - GASES INDUSTRIAIS, S.A.		130,60
503522732 - TORFAL, LDA	54,54	379,33
507566084 - SEGUINF-SOLUCOES INTEGRADAS, LDA		1.847,67
509326510 - ACCOUNTIS-UNIPESSOAL, LDA		508,20
500219885-PNEUVAL CENTRO DE PNEUS, LDA		209,74
256583943-JALP-PRODUTOS HIGIENE LIMPESA		198,54
504615947-PT COMUNICACOES,SA	39,62	39,62
503859117 - LUSOCAFES LDA	135,60	
184072182 - PEDRO MANUEL SILVA FERREIRA	2.577,83	
131092243 - MANUEL SANTOS LOURENÇO	13,67	
501540059 - EDAL	195,02	
501386130 - MAFIROL	226,42	
503356220 - DQM	332,10	
	<b>23.739,74</b>	<b>10.499,93</b>

(Euros)

Os Gastos com Pessoal durante o exercício de 2011 e 2010 distribuem-se do seguinte modo:



	PERÍODOS	
	2011	2010
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>		
<b>Gastos com Pessoal</b>		
<b>Remunerações do Pessoal</b>		
Ordenados	339.424,38	339.462,34
Subsídio de Férias	31.693,28	30.789,24
Subsídio de Natal	27.927,70	29.756,19
Subsídio de Alimentação	35.799,57	37.183,59
Gratificação Extra	2.638,85	2.764,01
	<b>437.483,78</b>	<b>439.955,37</b>
<b>Encargos sobre Remunerações</b>		
Segurança Social	78.855,70	76.194,63
Seguros de Ac. Pessoais e Doenças Prof.	3.338,37	2.253,47
Fardamento	1.438,93	3.019,82
Medicina no Trabalho	863,15	1.961,50
Formação Profissional	100,00	255,00
	<b>522.079,93</b>	<b>523.639,79</b>

(Euros)

Águeda, 31 de Março de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O ÓRGÃO DE GESTÃO

**Ricardo Correia Matos**

TOC n.º 86824